

Perfil epidemiológico e o desfecho dos casos das intoxicações exógenas atendidas em uma Unidade de Terapia Intensiva adulto de um Hospital Universitário no Sul do Brasil

Celeste Namie Motisuki Dias¹

Luciana Bihain Hagemann de Malfussi¹

RESUMO

Objetivo: Caracterizar o perfil epidemiológico e o desfecho dos casos das intoxicações exógenas atendidas em uma Unidade de Terapia Intensiva adulto de um Hospital Universitário no Sul do Brasil.

Métodos: Estudo quantitativo, descritivo e transversal, realizado a partir dos dados epidemiológicos obtidos através dos prontuários dos pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva no período entre janeiro de 2021 a setembro de 2023. Foram utilizadas como variáveis a idade, gênero, cor, município de residência, local de ocorrência da exposição, zona de exposição, grupo do agente tóxico, tipo de exposição, circunstância da exposição/contaminação, diagnóstico prévio de transtorno mental, tempo de internação na UTI, evolução/desfecho do caso.

Resultados: Verificou-se predominância de pacientes do sexo masculino, com média de 38 anos de idade, de cor branca, residentes no município de Florianópolis, SC. A maioria foi do tipo aguda, ocorridas em zona urbana e por tentativa de suicídio. Os medicamentos foram o agente tóxico mais utilizado, com destaque para os antidepressivos. A maioria dos pacientes possuíam diagnóstico prévio de transtorno mental, sendo o mais frequente o transtorno depressivo. Um total de 10 pacientes eram dependentes químicos, dentre estes, 6 apresentaram pelo menos uma droga de abuso como agente tóxico. O tempo médio de internação na UTI foi de 6 dias. A letalidade global do estudo foi de 10,9% e entre os dependentes químicos foi de 50%. A maioria dos pacientes recebeu alta para o domicílio com encaminhamento para a Rede de Atenção Psicossocial.

Conclusão: A partir do estudo foi possível traçar o perfil epidemiológico dos pacientes admitidos por IE em uma UTI, permitindo a análise de fatores relacionados à ocorrência das IE no contexto da alta complexidade em saúde. Fomentando, desta forma, o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções direcionadas para a prevenção de IE, para a qualidade da assistência em saúde nos diferentes níveis da Rede de Atenção à

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Saúde, em específico aos pacientes com transtornos mentais e para os usuários dependentes químicos, visando a redução de casos e da letalidade.

Descritores: Perfil Epidemiológico. Intoxicação. Substâncias Tóxicas. Unidade de Terapia Intensiva.

INTRODUÇÃO

A intoxicação exógena (IE) é caracterizada pela interação entre o sistema orgânico e um ou mais agentes tóxicos que resultam em um conjunto de efeitos nocivos, gerando sinais e sintomas clínicos no indivíduo, podendo ser agudos (até 24 horas após a exposição) ou crônicos. Podem ser categorizadas como: leve, moderada ou grave; levando em consideração fatores relacionados com as singularidades do agente tóxico, como a toxicidade da substância, tempo de absorção e exposição, quantidade, entre outros (BRASIL, 2022).

Os agentes tóxicos envolvidos nas IE são substâncias químicas de origem animal ou antropogênica que podem ocasionar danos ao sistema biológico, com risco de morte a depender de suas características e exposição. São exemplos de agentes tóxicos medicamentos, pesticidas, agrotóxicos, drogas ilegais, plantas tóxicas, produtos de uso domiciliar, entre outros (BRASIL, 2022).

É configurada como um problema de saúde pública global, visto que gera um importante impacto na saúde das populações, sendo ocasionada de forma acidental ou proposital, reconhecida como um dos métodos utilizados em tentativa de suicídio (TS), acometendo uma parcela jovem e produtiva, podendo levar ao óbito (Nakajima *et al.*, 2019).

É importante destacar que o panorama a respeito das IE é desconhecido, uma vez que apenas 47% dos países membros da OMS têm centros especializados para atendimento e captação de dados para estudos. Neste contexto, em uma estimativa internacional, somente em 2016 o envenenamento involuntário causou 106.683 mortes e a perda de 6,3 milhões de anos de vida saudável (OMS, 2021).

No Brasil entre os anos de 2007 a 2017 foram notificados um total de 833.282 casos de IE, destes, 63,1% são registrados como uma exposição aguda-única, havendo uma predominância de notificações na região sudeste (47,65%) e como principal agente tóxico as medicações (40.34%) (Alvim *et al.*, 2020). Destaca-se que, no ano de 2022, foram reportados ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 157.454

casos de IE, entre estes, 52,5% dos casos foram categorizados como TS e 57,7% do total estavam relacionados com o uso de medicamentos (BRASIL, 2023).

No âmbito nacional, existe uma rede de informações que são compartilhadas entre várias agências para a vigilância toxicológica, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o SINAN, que é responsável pela notificação nacional sobre envenenamentos causados por produtos químicos, animais, metais pesados, entre outros.

A principal rede de informações dos centros de envenenamento é o Sistema Brasileiro de Registro de Intoxicações dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (DATATOX), por meio desse banco de dados é possível dar suporte para diversos casos de IE pelo Brasil, além de estudos a respeito dos impactos dos agentes tóxicos na população (OMS, 2022).

Entretanto, atualmente observa-se a ocorrência da subnotificação e o preenchimento inadequado das fichas para a notificação de casos de IE, resultando em dados imprecisos, dificultando a caracterização dos usuários vulneráveis à IE, da exposição a agentes tóxicos e circunstâncias de IE a nível nacional e estadual, impactando enquanto alicerce para o desenvolvimento de políticas públicas, para a criação de intervenções e fluxo de atendimentos voltados para a IE de forma eficaz (Marcolan; Silva, 2019; Santos *et al.*, 2017).

Em diversos países a demanda de IE é uma das principais causas de casos de atendimento em unidades de emergência e terapia intensiva nos hospitais, necessitando de ágil avaliação do estado de saúde e profissionais capacitados, visto que a complexidade deste fenômeno varia de acordo com a individualidade de cada caso, propriedades físico-químicas e farmacológicas inerentes ao toxicante, patologia existente, estado nutricional, idade, uso de outras substâncias passíveis de interação, além das características da própria exposição, como dose, via, frequência e duração do contato (Cerri; Bortolli, 2023).

Diante do exposto, o presente estudo justifica-se por investigar a temática das IE no cenário da terapia intensiva que é pouco explorado no cenário nacional, configurando-se como norteador de ações de prevenção e recuperação da saúde. Assim, este estudo tem como objetivo caracterizar perfil epidemiológico e o desfecho dos casos das intoxicações exógenas atendidas em uma Unidade de Terapia Intensiva adulto de um Hospital Universitário no Sul do Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e transversal, reportado seguindo as recomendações do *Strengthening the reporting of observational studies in epidemiology* (STROBE) (Malta *et al.*, 2010). O estudo foi realizado em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto de um Hospital Universitário em Santa Catarina, Brasil. A referida instituição realiza atendimentos exclusivamente pelo SUS, com uma área para atendimento ambulatorial, incluindo o serviço especializado de psicologia e psiquiatria, além de ser referência estadual para o atendimento dos casos de IE e de envenenamento, uma vez que possui a presença do CIATox nas dependências da instituição.

A UTI é caracterizada como de atendimento geral, do tipo clínico-cirúrgica., possui espaço físico para 20 leitos, mas atualmente estão em funcionamento 14 leitos, sendo dois destes utilizados para pacientes que necessitam de isolamento.

O perfil dos pacientes admitidos é diversificado, apresentando patologias, como: respiratórias, cardiovasculares, neuromusculares, hematológicas, reumatológicas, pós-operatórios de cirurgia torácica, ginecológicas, abdominal, urológica, vascular, cabeça e pescoço, cirurgia plástica em grandes queimados, transplante hepático e, sobretudo, intoxicações exógenas.

Os profissionais atuantes no cuidado aos pacientes são a equipe de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem), médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos, terapeutas ocupacionais e nutricionistas. Atuam também como formação em serviço: 1 enfermeiro residente, 1 nutricionista residente, 2 fisioterapeutas residentes, 1 farmacêutico residente e 4 médicos residentes.

Os dados do estudo foram extraídos dos prontuários dos pacientes internados na UTI pelo motivo de intoxicação exógena.

A amostra foi do tipo intencional, não probabilística, com coleta de dados no período de maio a setembro de 2023. Os critérios de inclusão foram: pacientes admitidos devido ao diagnóstico de IE na UTI da instituição durante o período de janeiro de 2021 a setembro de 2023. Os critérios de exclusão foram pacientes menores de 16 anos de idade, pacientes admitidos por outros diagnósticos.

As variáveis do estudo são do tipo qualitativas e quantitativas. As qualitativas são elementos que não apresentam valor numérico, podendo ter ordem ou não entre os resultados obtidos, sendo classificadas respectivamente como ordinais e nominais (CAPP, 2020, p.31). As variáveis quantitativas são definidas como dados que podem ser mensurados, sendo categorizadas de acordo com a apresentação dos valores, caso sejam

números inteiros são variáveis quantitativas discretas e, se estão incluídas entre um intervalo de números reais, são conceituadas como contínuas (CAPP, 2020, p.31).

A seguir (**Quadro 1**) apresenta-se as variáveis utilizadas no estudo de acordo com sua classificação.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no estudo de acordo com a sua classificação.

Variáveis	Elementos
Qualitativas nominais	Gênero, agente tóxico, circunstância de ocorrência da IE, município de residência, cor, zona de exposição, local de exposição, histórico de TS, diagnóstico de transtorno mental prévio, acompanhamento em saúde mental prévio
Qualitativas ordinais	Tipo de exposição, evolução do caso
Quantitativas discretas	Faixa etária, tempo de internação na UTI, número de agentes tóxicos

Os dados foram transcritos para uma planilha eletrônica do *Microsoft Excel 2013*® e analisados mediante estatística descritiva, apresentados em números absolutos e medidas de frequência relativa, de tendência central (média) e desvio padrão (DP).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (CAAE 57660122.4.0000.0121 PARECER N° 5.375.708) e seguiu todas as orientações e disposições da Resolução n° 466/12, do Ministério da Saúde, a qual descreve as normas e diretrizes que regulamentam os processos investigativos envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

RESULTADOS

Fizeram parte do estudo 73 pacientes, destes, 37 (50,6%) pacientes eram do sexo masculino e 36 (49,3%) do sexo feminino. A faixa etária variou entre 16 a 76 anos, com uma média de 38 anos (DP \pm 14). Em relação à cor observou-se que 56 (76,7%) são brancos, 8 (10,9%) pardos, 4 (5,4%) pretos e 1 (1,3%) amarelo e 4 (5,4%) dos pacientes incluídos não possuíam descrição dessa variável em prontuário.

Quanto ao município de residência, a maioria dos pacientes residiam no Estado de Santa Catarina (SC), com prevalência do município de Florianópolis (n= 39, 53,4%), seguido do município de São José (n=10, 13,7%), Biguaçu (n=5, 6,8%), Alfredo Wagner (n=3, 4,1%), Santo Amaro da Imperatriz (n=2, 2,7%), Governador Celso Ramos (n=2, 2,7%), Palhoça (n=2, 2,7%), Balneário Camboriú (n=1, 1,3%), Blumenau (n=1, 1,3%), Garopaba (n=1, 1,3%), Joinville (n=1, 1,3%), Nova Trento (n=1, 1,3%), Paulo Lopes (n=1, 1,3%), São Bento do Sul (n=1, 1,3%). Somente três (4,1%) pacientes eram provenientes de outro Estado do país, entre os municípios de Caxias do Sul (n=2, 2,7%) e de Santa Maria (n=1, 1,3%), ambos do Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação ao tipo de intoxicação, 93,1% (n=68) foram do tipo agudas e 6,8% (n=5) crônicas. Quanto a circunstância do evento de IE, 72,6% (n=53) dos casos ocorreram por Tentativa de Suicídio (TS) e 27,4% (n=20) de forma acidental. A ocorrência de TS foi maioria entre mulheres (n=31; 42,4%), além disso, 31,5% (n=23) do total dos pacientes possuíam histórico de TS.

Tabela 1: Associação entre o sexo e a circunstância da IE dos pacientes internados por IE em uma UTI no período de janeiro de 2021 a setembro de 2023. Florianópolis, SC, Brasil, 2023. (N= 73)

Sexo	Acidental	TS
Homem	20,5% (15)	30,1% (n=22)
Mulher	6,8% (5)	42,4% (n=31)

Houve predominância da zona urbana como local da exposição, na própria residência do paciente foram (n=56; 76,7%), em via pública foram (n=5; 5,4%), este dado não foi descrito em (n=6; 8,2%) dos casos. Observa-se que das ocorrências em via pública, 2 pacientes estavam em situação de rua.

Quanto à quantidade de substâncias consumidas, em 67,1% (n=49) houve o predomínio do uso de mais de um agente tóxico, havendo uma média de 2,5 agentes tóxicos (DP±1,6) por IE, com o uso mínimo de 1 e máximo de 8 substâncias. Os medicamentos foram o agente tóxico mais utilizado (n=143; 79%), seguido pelo uso de drogas de abuso (n=16; 8,8%), e consumo de álcool (n=15; 8,3%).

Tabela 2: Caracterização dos agentes tóxicos consumidos por pacientes internados por IE em uma UTI no período de janeiro de 2021 a setembro de 2023. Florianópolis, SC, Brasil, 2023. (N= 181)

Variável	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Quantidade de Substâncias		
Apenas Uma	24	32,8%
Mais de Uma	49	67,1%
Total	73	100%
Tipo de Substância*		
Medicamentos	143	79%
Drogas de Abuso	16	8,8%
Álcool	15	8,2%
Agrotóxico	6	3,3%
Produtos químicos de uso residencial	1	0,5%
Total	181	100%

*Foram contabilizados todos os agentes tóxicos envolvidos em cada caso.

Em relação às classes de medicamentos utilizados, o grupo dos antidepressivos foi o mais utilizado (n=28, 19,6%) seguido por benzodiazepínicos e antipsicóticos (n=27; 18,9%) em ambos, conforme tabela 3.

Tabela 3: Classes de medicamentos utilizados por pacientes internados por IE em uma UTI no período de janeiro de 2021 a setembro de 2023. Florianópolis, SC, Brasil, 2023. (N= 143)

Classe do Medicamento	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Antidepressivos	28	19,6%
Benzodiazepínico	27	18,9%
Antipsicótico	27	18,9%
Analgésico	19	13,3%
Anticonvulsivante	10	7%
Anti-hipertensivo	6	4,2%
Opioide	3	2,1%
Outros*	23	16%
Total**	143	100%

*Foram considerados substâncias para refluxo, tratamento para obesidade, broncodilatadores, antianêmicos, imunossupressores, entre outros, que apresentaram uma frequência <2.

Quanto ao diagnóstico prévio de transtorno mental evidenciou-se que (n=54; 73,9%) pacientes possuíam diagnóstico prévio de transtorno mental, sendo o mais frequente o transtorno depressivo (n=38; 52,8%). Destes, (n=28; 1,8%) realizavam acompanhamento recente com psicólogo ou psiquiatra, prevalecendo o acompanhamento com o psiquiatra (n=12; 42,8%). Vale ressaltar que dentre os (n=23; 42,6%) pacientes que não realizavam acompanhamento especializado, (n=7; 30,4%) possuíam histórico de TS.

Tabela 4: Diagnóstico de transtornos mentais e acompanhamento com especialistas em saúde mental de pacientes internados por IE em uma UTI no período de janeiro de 2021 a setembro de 2023. Florianópolis, SC, Brasil, 2023. (N= 73)

Variável	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Sim	54	73,9%

Diagnóstico prévio de transtorno mental	Não	18	24,6%
	Não descrito	1	1,3%
<hr/>			
Total		73	100%
<hr/>			
	Transtorno depressivo	38	52,8%
	Transtorno de Humor Bipolar	18	25%
	Transtorno de ansiedade generalizada	5	6,9%
	Esquizofrenia	5	6,9%
Tipo de transtorno	Borderline	2	2,7%
	Transtorno de personalidade não especificado	2	2,7%
	Transtorno afetivo estacional	1	1,3%
	Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade	1	1,3%
	<hr/>		
Total*		72	100%
<hr/>			
Acompanhame nto especializado	Sim	28	51,8%
	Não	23	42,6%
<hr/>			

	Não descrito	3	5,5%
Especialista	Psiquiatra	12	42,8%
	Psicólogo e psiquiatra	10	35,7%
	CAPS	5	17,8%
	Psicólogo	1	3,5%

*Alguns pacientes possuíam diagnóstico de mais de um transtorno mental.

Em relação à dependência química (n=10; 13,7%) dos pacientes eram dependentes químicos e (n=6; 60%) tiveram como agente tóxico pelo menos uma droga de abuso relacionado à dependência química, destes, (n=3; 50%) evoluíram para óbito.

Tabela 5: Caracterização dos pacientes dependentes químicos internados por IE em uma UTI no período de janeiro de 2021 a setembro de 2023. Florianópolis, SC, Brasil, 2023. (N=73)

	Variável	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Dependente químico	Sim	10	13,7%
	Não	63	86,3%
Substâncias	Cocaína	9	64,3%
	Maconha	2	14,3%
	Crack	2	14,3%
	Fenobarbital	1	7,1%
Droga de abuso como agente tóxico	Sim	6	60%
	Não	4	40%

Tipo de IE	Acidental	4	66,6%
	TS	2	33,3%
Evolução do caso	Alta	3	50%
	Óbito	3	50%
Encaminhamento após alta	CAPS Álcool e drogas	2	66,6%
	IPQ	1	33,3%

Em relação ao coeficiente de letalidade global do presente estudo evidenciou-se que foi de (n=8; 10,98%), enquanto que entre os casos de dependentes químicos com drogas de abuso na IE a letalidade foi de (n= 3; 50%). A mortalidade global do estudo nos casos de TS de pacientes do sexo feminino foi maior (n= 4; 50%) e nos casos acidentais somente pacientes do sexo masculino evoluíram à óbito (n= 3; 37,5%).

O tempo médio de internação na UTI evidenciado neste estudo foi de 6 dias (DP \pm 6), com um mínimo de 1 dia e máximo de 46 dias. A maioria (n=30; 41,1%) dos pacientes tiveram alta com encaminhamento para Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), (n= 13; 17,8%) tiveram alta sem encaminhamentos para a RAPS, (n=8; 10,9%) pacientes evoluíram a óbito, (n=5; 6,8%) tiveram alta médica com acompanhamento em ambulatório de psicologia da própria instituição, (n=5; 6,8%) tiveram alta médica com acompanhamento em ambulatório de psiquiatria da própria instituição, (n=5; 6,8%) evadiram da instituição após alta da UTI, (n=3; 4,1%) tiveram alta com acompanhamento especializado particular, (n=3; 4,1%) encaminhados para a RAPS com acompanhamento no ambulatório de psiquiatria da instituição e 1 (1,37%) foi transferido para continuidade de tratamento em outra instituição.

Evidenciou-se que entre os 13 pacientes encaminhados para o acompanhamento em ambulatórios especializados em saúde mental da própria instituição, (n=8; 61,5%) não compareceram às consultas disponibilizadas pelo serviço, (n=3; 23%) compareceram de forma intermitente e (n=2; 15,3%) realizaram o acompanhamento contínuo no serviço.

DISCUSSÃO

A partir do levantamento de dados analisados é possível observar que houve predominância discreta de casos em homens, com uma idade média de 38 anos, sendo o principal agente tóxico o uso de medicação, correspondendo às estatísticas nacionais de notificação devido IE (FIOCRUZ/CICT/SINITOX, 2017).

A despeito do agente tóxico a literatura assevera que no cenário brasileiro as IE estão predominantemente relacionadas ao uso de medicamentos e, segundo Albano *et al.* (2022), há uma diferenciação no agente tóxico de acordo com a singularidade geográfica, questões culturais e econômicas, evidenciando-se, que as IE em países subdesenvolvidos e emergentes com predominância de áreas rurais, o principal agente tóxico utilizado são agrotóxicos, enquanto nos países industrializados são utilizadas drogas ilícitas, ansiolíticos, antidepressivos e neurolépticos.

Neste contexto, a depender do Estado no Brasil, é possível observar uma variação em relação ao agente tóxico predominante: no Pará medicamentos foram o agente tóxico que mais geraram IE (Pereira; Santos, 2023) e no Rio Grande do Sul estudos apontam os agrotóxicos como maioria (Freitas; Garibotti, 2020).

Em relação a classe de medicamentos, Freitas, Sebben e Arbo (2022) e Ferreira *et al.* (2021) apresentam também, em sua maioria, casos com o consumo de ansiolíticos, antidepressivos e psicotrópicos, respectivamente no Rio Grande do Sul, entre 2016 a 2020 e em uma unidade de pronto atendimento de João Pessoa entre 2018 a 2019. Enquanto Brandão e Meneses (2022) obtiveram o uso de anticoagulante como principal classe, em casos de IE que foram admitidos em uma UTI de Bragança Paulista, no período de 2019 a 2020.

Freitas, Sebben e Arbo (2022) destacam também o acesso a estes medicamentos no Brasil que, apesar de restrito a partir da receita de controle especial, existem fatores relacionados que contribuem para a sua estatística enquanto agente tóxico, como o padrão de uso e erros de prescrição. A análise de Sampaio, Araújo e Bastos (2015) e de Ferreira *et al.* (2018) ressaltam também a fragilidade da assistência em saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS), desde a ausência de programas e políticas públicas de prevenção ao suicídio, a capacitação de profissionais, a presença da medicalização como principal intervenção e o encaminhamento para o CAPS, reduzindo a oferta de cuidados básicos em saúde mental.

Neste estudo foi possível observar a distinção ao considerar a relação entre o gênero e a situação para a IE, distribuídos entre TS e circunstâncias acidentais. A despeito disto, as IE acidentais apresentam importância globalmente por sua alta frequência de

casos, com consequências financeiras e sociais, devido ao impacto para o seu tratamento, reabilitação, possibilidade de sequelas e sofrimento individual e familiar (Silva; Souza; Marques, 2011).

Evidenciou-se que mulheres tiveram maior ocorrência de IE devido TS, enquanto os homens apresentaram uma distribuição mais equitativa entre os casos acidentais e aqueles relacionados a TS, relação semelhante foi encontrada nos estudos de Soares *et al.* (2021) ao analisar o perfil epidemiológico de casos por IE em Brasília entre os anos de 2011 a 2017.

Nota-se que os dados na literatura sobre métodos utilizados em TS no âmbito nacional convergem em relação aos casos de IE que utilizam medicamentos, em que apresentam as mulheres como maioria dos casos, destacando também a IE como a primeira causa nos casos de internação por TS e a segunda causa em óbitos devido TS (Marcolan; Silva, 2022; Santos; Legay; Lovisi, 2013).

O método escolhido para a TS varia de acordo com aspectos psicoculturais, gênero, idade e disponibilidade de acesso (Filho; Zerbini; 2016; Maciel; Castro; Lawrenz; 2014). A partir da análise dos casos nacionais de TS, observa-se que o principal método utilizado difere de acordo com o banco de dados utilizados, enquanto no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde em 70,7% dos casos de TS ocorreram devido ao consumo de substâncias tóxicas, no Sistema de Informação de Mortalidade em 55,1% dos casos o método utilizado foi o enforcamento. Entretanto, há uma tendência de aumento para os casos de TS com IE a partir do consumo, principalmente de medicamentos e de álcool (Marcolan; Silva, 2022; Santos; Legay; Lovisi, 2013).

Este estudo reportou também que o diagnóstico prévio de transtorno mental é um elemento de importância nos casos de IE, presente em quase todos os casos de IE, achado que também foi constatado em pesquisas nacionais (Alvim; França; Assis, 2022; Rodrigues, 2019). Vale ressaltar ainda, a relação entre os elementos “histórico de TS” e “transtornos mentais” enquanto fatores de risco para a execução de TS (Marcolan; Silva, 2022).

Quanto ao diagnóstico prévio de transtornos mentais, ao comparar com o estudo de Ferreira *et al.* (2021), nota-se uma discrepância entre os casos, em que a maioria dos pacientes atendidos em UPA não possuíam transtorno mental, mas entre aqueles que apresentavam diagnóstico, o transtorno depressivo era o principal.

Em relação às drogas de abuso, Freitas, Sebben e Arbo (2022) também obtiveram a cocaína como principal droga de abuso utilizada, destacando o seu riscos elevado de acidentes tóxicos, especialmente devido ao potencial impacto prejudicial em termos de danos cardiovasculares, neuropsicológicos e hepatotoxicidade. E no estudo de Santana *et al.* (2020), o álcool foi o principal agente tóxico, seguido do crack, com uma letalidade abaixo dos resultados obtidos, com um total de 38,4% em uma UTI no Paraná, constatando um maior risco de óbito para pacientes que ficaram internados menos do que a média dos casos.

O coeficiente de letalidade analisada foi menor do que no estudo de Brandão e Meneses (2022), o qual apresentou uma letalidade acima dos resultados obtidos, com um coeficiente de 22,8%, sendo que metade dos casos que evoluíram a óbito ocorreram mediante TS. O tempo de internação apresentou resultado semelhante ao de Brandão e Meneses (2022), com uma média de 7,6 dias.

Nos casos de IE é necessário que haja o fortalecimento de políticas e programas em saúde para a prevenção de IE, é imprescindível a atuação multiprofissional de orientação frente a prescrição e consumo de medicamentos; no manuseio, descarte e o uso de equipamentos de proteção individual para os pacientes que estão em contato com agrotóxicos; reforçar a abordagem da política de redução de danos, consolidando promoção do consumo seguro de drogas de abuso (Justen; Almeida, 2022; Cshunderlick; Zamberlam, 2020; Gomes; Pinto, 2020).

Outro aspecto evidenciado neste estudo em relação à alta hospitalar, de acordo com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (Brasil, 2013) a transferência de cuidados e o encaminhamento são elementos que apresentam diretrizes que alicerçam a alta hospitalar responsável, a partir do planejamento de ações para a continuidade do cuidado mediante as condições clínicas do usuário, da realização de orientações para o paciente e a sua família e a análise de recursos disponíveis em domicílio e na Rede de Atenção à Saúde, diante das demandas do usuário.

Freitas e Borges (2017) salientam a importância da continuidade da assistência à saúde nos casos de TS em outros segmentos da RAPS, devido ao risco de nova tentativa em até um ano após a execução. Neste contexto, a instituição utilizada como local de estudo apresenta como procedimento operacional padrão para pessoas que apresentam ideação suicida e/ou que realizaram TS a avaliação do profissional de psicologia do grau de risco com o devido encaminhamento na RAPS ou a continuidade de acompanhamento no ambulatório de psicologia e/ou psiquiatria da própria instituição. Para aqueles

pacientes que necessitam ficar em observação ou internados, busca-se garantir a presença de um acompanhante 24 horas e o desenvolvimento de um plano terapêutico multiprofissional compartilhado com a equipe de saúde. Evidencia-se que não foi possível comparar a adesão ao encaminhamento para a RAPS após TS, visto que não há atualmente registros na literatura.

É importante ressaltar que entre os bancos de dados disponíveis nacionalmente, tanto em relação a IE quanto para TS, há a ocorrência da subnotificação e de preenchimento inadequado da ficha de notificação, fragilizando a confiabilidade das informações diante da realidade do fenômeno e o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde (Marcolan e Silva, 2022). Além disso, nota-se a carência de estudos atuais abrangendo o tema, voltados principalmente para o cenário de cuidados intensivos, dificultando comparativos nacionais e regionais.

Como limitação deste estudo aponta-se o fato de ter sido analisado em apenas um cenário de cuidado (UTI), assim, como sugestão recomenda-se novos estudos transversais e longitudinais em outros contextos intensivos em vista de aprimorar o conhecimento sobre a magnitude do fenômeno das IE.

CONCLUSÃO

A partir do estudo foi possível traçar o perfil epidemiológico dos pacientes admitidos por IE em uma UTI, permitindo a análise de fatores relacionados à ocorrência das IE no contexto da alta complexidade em saúde. Fomentando, desta forma, o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções direcionadas para a prevenção de IE, para a qualidade da assistência em saúde nos diferentes níveis da Rede de Atenção à Saúde, em específico aos pacientes com transtornos mentais e para os usuários dependentes químicos, visando a redução de casos e da letalidade.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Giuseppe D.; MALTA, Ginevra; LA SPINA, Corinne; RIFORITO, Arianna; PROVENZANO, Valeria; TRIOLO, Valentina; VAIANO, Fabio; BERTOL, Elisabetta; ZERBO, Stefania; ARGO, Antonina. Toxicological Findings of Self-Poisoning Suicidal Deaths: A Systematic Review by Countries. **Basel: Toxics**, n. 10, v. 11., 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 Fev 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**, ed. 5. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar na Rede de Atenção à Saúde (RAS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2013. Seção 1, p. 105.

BRASIL. Departamento de Informática do SUS. **DataSUS**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/doencas-e-agrivos-de-notificacao-de-2007-em-diante-sinan/>. Acesso em: 13 mar 2023.

BRANDÃO, Giovana A.; MENESES, Eli C. Incidência de Intoxicação Exógena na Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital Universitário. **Ensaio USF**, v. 4, n. 2, 2022. Acesso em 16 de out 2023. Disponível em: <https://ensaios.usf.emnuvens.com.br/ensaios/article/view/208/96>. Acesso em: 13 out 2023.

CAPP, Edison; NIENOV, Otto H. (org.). **Bioestatística Quantitativa Aplicada**. 1. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. 260 p. ISBN 978-65-86232-43-1. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213116/001117616.pdf?seq>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CERRI, Ana C.; BORTOLI, Stella. Prevalência e análise clínica-epidemiológica de casos de intoxicação nas unidades de terapia intensiva de um Hospital Universitário no Paraná. **Revinter**, v. 16, n. 01, p. 36-47, fev. 2023.

CSHUNDERLICK, Carla; ZAMBERLAM, Cláudia R. A atuação do farmacêutico na prevenção às intoxicações exógenas por medicamentos psicotrópicos. **Revista Saúde em Foco**, Teresina, v.7, n. 3, p. 76-100, set/dez, 2020.

FERREIRA, Jackson S.; SILVA, Glaydes N. S.; MONTE, Camila F.; BESERRA, Bárbara A. S.; ALVES, Salmana R. P.; FERREIRA, Adelson F. Perfil epidemiológico das pessoas atendidas por intoxicação exógena em uma Unidade de Pronto Atendimento. **Revista Ciência Saúde Nova Esperança**, João Pessoa, PB, v. 19, n. 1, p.06-12, 2021.

FILHO, Magid C.; ZERBINI, Talita. Epidemiologia do suicídio no Brasil entre os anos de 2000 a 2010. **Saúde, Ética & Justiça**, v. 21, n. 2, p. 45-51, 2016. Disponível em:<https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/134006/129825>. Acesso em 24 nov 2023.

FIOCRUZ/CICT/SINITOX. Fundação Oswaldo Cruz/Centro de Informação Científica e Tecnológica/Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. **Estatística Anual de Casos de Intoxicação e Envenenamento Brasil**, 2017. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/sinitox>. Acesso em 24 Out. 2023.

FREITAS, Amanda. B.; GARIBOTTI, Vanda. Caracterização das notificações de intoxicações exógenas por agrotóxicos no Rio Grande do Sul, 2011-2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 5, 2020.

FREITAS, Ana P. A. BORGES, Lucienne M. Do acolhimento ao encaminhamento: o atendimento as tentativas de suicídio nos contextos hospitalares. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 1, jan/mar, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/261/26155061006.pdf>. Acesso em: 19 out 2023.

FREITAS, Pedro H. O.; SEBEN, Viviane C.; ARBO, Marcelo D. Intoxicações agudas por medicamentos e drogas de abuso no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2016 a 2020. **Vitalle**, v. 34, n. 1, p. 51-60, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/vitalle/article/view/13902/9778>. Acesso em 20 nov 2023.

GOMES, Jaqueline S.; PINTO, Nalayne M. A redução de danos como estratégia de promoção de orientação e cuidados para usuários de drogas: uma revisão sobre experiências de alguns países. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 27, b. 54, p. 86-102, jul/dez, 2020.

JUSTEN, Naiara; ALMEIDA, Anelise S. Atuação do enfermeiro na prevenção das intoxicações exógenas por agrotóxico nos trabalhadores rurais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 9, set, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6897/2675>. Acesso em 26 nov 2023.

MALTA, Monica; CARDOSO, Leticia O.; BASTOS, Francisco I.; MAGNANINI, Monica M. F.; SILVA, Cosme M. F. P. Iniciativa STROBE: subsídios para a comunicação de estudos observacionais. **Revista Saúde Pública**, v. 44, n. 3, p. 559-565, 2010.

MARCOLAN, João F.; SILVA, Daniel A. O comportamento suicida na realidade brasileira: aspectos epidemiológicos e da política de prevenção. **Revista M.**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, jan/jun, 2019. Disponível em:

<https://seer.unirio.br/revistam/article/view/9290/7954>. Acesso em: 20 nov 2023.

MARCOLAN, João F.; SILVA, Daniel A. Tentativa de suicídio e suicídio no Brasil: análise epidemiológica. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 54, n. 4, jan/jun, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/181793/180444>. Acesso em: 20 nov 2023.

NOAH R. Nakajima; OLIVEIRA, Carla J. B; MARQUES, Adriano S. M.; SILVA, William N. T.; CARMO, Dayane M.; FILHO, Ailton G. da Silva; SANTOS, Marcelo H. C.; OLIVEIRA, Stefan V. Análise epidemiológica das intoxicações exógenas no Triângulo Mineiro. **Brazilian Journal of Health and Biomedical Sciences**. v. 18, n. 2, jul-dez/2019. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/bjhbs/article/view/53511/34565. Acesso em: 25 Fev 2023.

Organização Mundial da Saúde. **International Programme on Chemical Safety**. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/18-01-2021-who-guidelines-for-establishing-apoisonentre#:~:text=Poisoning%20is%20a%20significant%20global,of%20emergency%20attendance%20at%20hospitals>. Acesso em: 14 mar 2023.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl T. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem**. Tradução: Denise Regina de Sales. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 669p. ISBN 978-85-363-2545-3.

SAMPAIO, Fernanda N.; ARAÚJO, Maria A. N.; BASTOS, Marcela M. Estratégias de cuidado à saúde mental na atenção básica: caminhos para ampliação da assistência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 497-514, jul/set, 2015.

SANTOS, Simone A.; LEGAY, Letícia F.; LOVISI, Giovanni M.; SANTOS, Jacqueline F. C.; LIMA, Lúcia A. Suicídios e tentativas de suicídios por intoxicação exógena no Rio de Janeiro: análise dos dados dos sistemas oficiais de informação em saúde, 2006-2008. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, n. 2, p. 376-87, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/fSLFBFNfJcM5myQbZj6x6YH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 de nov 2023.

SANTOS, Simone A.; LEGAY, Letícia F.; LOVISI, Giovanni M. Substâncias tóxicas e tentativas de suicídios: considerações sobre acesso e medidas restritivas. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 53-61, 2013.

SANTANA, Cleiton J.; HUNGARO, Anai, A.; CRISTOPHORO, Rosangela; ELVIRA, Indianathan K. S.; GAVIOLI, Aroldo; OLIVEIRA, Magda L. F. Caracterização de pacientes intoxicados por drogas de abuso em terapia intensiva. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, jan/mar 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100004. Acesso em 24 nov 2023.

SILVA, Cleyton. C. S.; SOUZA, Katyshely S.; MARQUES, Maria F. L. Intoxicações exógenas: perfil dos casos que necessitaram de assistência intensiva em 2007. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 15, n. 1, p. 65-68, 2011.

SOARES, Jéssica. Y. S.; LIMA, Beatriz M.; VERRÉRI, Igor A.; OLIVEIRA, Stefan V. Perfil epidemiológico de intoxicação exógena por medicamentos em Brasília. **Revista de Atenção à Saúde**, n. 19, v.67, p. 202-217, 2021.